

01 DE OUTUBRO DE 2021

ANAPE

em ação



» NOTAS

O DESVIO DO ERÁRIO NÃO TRAZ APENAS PREJUÍZO, MAS A PERDA DE UMA VIDA, DIZ PRESIDENTE DA ANAPE EM WEBINAR SOBRE CORRUPÇÃO NA PANDEMIA

Pág. 1

» NOTAS

NOTA PÚBLICA - REJEIÇÃO À PEC 32/2020

Pág. 3

» EVENTOS

PRESIDENTE DO STJ CONFIRMA PRESENÇA NA PALESTRA DE ABERTURA DO XLVII CNPE

Pág. 9

NOTAS

O desvio do erário não traz apenas prejuízo, mas a perda de uma vida, diz presidente da ANAPE em webinar sobre corrupção na pandemia



A ANAPE, em parceria com o portal Metrôpoles, promoveu na segunda-feira (27/09) o webinar **A PANDEMIA E O VÍRUS DA CORRUPÇÃO**.

Participaram do evento o presidente da associação, Vicente Braga, o senador Rogério Carvalho e o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, com mediação do jornalista Caio Barbieri.

“O desvio de recursos, no momento de normalidade do país, já é algo repugnante. Pior ainda um desvio de recurso em um momento de pandemia de saúde pública. A gente assiste a população morrendo, quando aquele desvio do erário não traz apenas um prejuízo, mas a per-

da de uma vida”, declarou o presidente da ANAPE.

A pandemia exigiu dos estados e municípios mais rapidez nas contratações e compras, mas muitos se aproveitaram desse momento para atos ilícitos, explicou Vicente Braga. “Assistir o afrouxamento, neste momento de pandemia, das legislações que tratam da contratação do Poder Público era algo necessário às necessidades da população naquele momento. Teve-se que fazer uma relativização da legislação para fazer as aquisições, mas infelizmente alguns gestores más intencionados, que não tem compromisso com a coisa pública, enxergaram naquilo uma janela de oportunidades, em prejuízo da população

brasileira”, ressaltou.

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, refutou as críticas de suposta interferência do Judiciário na questão da pandemia.

“Acho que é um grande equívoco, por parte até do governo federal, atribuir ao Supremo Tribunal Federal interferências indevidas no que diz respeito ao controle [da pandemia]. O Supremo reconheceu, e não tinha como não fazê-lo, que o tema da saúde exige uma cooperação tripartite. Isso está na Constituição. Longe de interferência indevida, o Supremo deu racionalidade ao processo decisório”, declarou.

Falando da corrupção no contexto da pandemia, o senador Rogério Carvalho lembrou que o Brasil ficou se tornou refém do mercado externo para a compra de itens essenciais, como respiradores e máscaras.

“O Brasil deixou de ser produtor de equipamentos, deixou de produzir equipamentos de proteção individual. Nós passamos a ter uma independência quase de 100% de mercados externos, a exemplo da China”, disse.

Mesmo assim, completou o parlamentar, houve desvios e irregularidades na aquisição dos produtos. “Teve ações temerárias por parte de alguns gestores, que não observaram minimamente um regimento de aquisição de equipamentos”, reforçou.

Prevenção

Ao ser questionado sobre quais caminhos possíveis para evitar desvios de verba pública, o presidente da ANAPE reforçou a importância do fortalecimento da Advocacia Pública.

“Temos diversos caminhos: fortalecimento dos órgãos de segurança, permitindo

que eles tenham mais condições de fazer investigações, fortalecimento dos órgãos que são essenciais à Justiça, como Ministério Público, Advocacia Pública, para que a gente tenha condições de poder auxiliar o Estado na forma de contratação”, disse.

“Quando a gente fala de fortalecimento da Advocacia Pública, estadual, municipal, federal, nos Estados que o procedimento licitatório fica sob o guarda-chuva da Procuradoria, temos contratações feitas de forma mais regulares, que dificilmente são questionadas”, destaca Braga.

Ele citou como exemplo o Amapá, onde até 2015, a contratação era feita por cada Secretaria, separadamente. “Então, você tinha 60 canetas Bic sendo compradas pelo mesmo ente, mas com preços diferentes”, relatou.

Vicente também deu como exemplo o trabalho das Procuradorias para evitar que empresas que tenham como objeto social vender vinhos possam vender respiradores para os governos, como ocorreu em alguns locais.

Encerramento

Ao final do debate, os convidados fizeram suas considerações finais sobre o tema. “Quando a gente tenta aqui fazer um brainstorm e encontrar como é que poderia avançar no combate à corrupção, o cenário ideal com certeza passa pela boa prática, pela eleição de bons gestores, precisamos sim ter pessoas bem intencionadas nos cargos eletivos. Não devemos entregar nossa gestão pública apenas na mão daqueles que não tem compromisso com as boas práticas, não tem compromisso com o Erário”, afirmou Vicente Braga.

Gilmar Mendes ressaltou a importância da boa governança como uma medida para evitar os atos de corrupção. “Nós

devemos fazer um esforço na melhoria da governança, investir na boa governança, a despeito das posições políticas que possamos ter e das diferenças”, disse o ministro do STF.

Rogério Carvalho elogiou o tema da discussão. “Este é um debate muito importante, nós temos que continuar aprofundando a reflexão sobre como o Estado

Brasileiro vai ser mais eficiente e menos submetido a interesses individuais. Este é um desafio para todos nós que queremos um Estado forte, a serviço pela sociedade e que seja a pautado pelo interesse público”, declarou.

Assista a íntegra do webinar em <https://www.youtube.com/watch?v=gSwUjR0s-Vvo>.



NOTAS

Nota Pública

REJEIÇÃO À PEC 32/2020



A ANAPE vem a público afirmar que a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), aprovada em comissão especial da Câmara dos Deputados no último dia 23, afeta negativamente os atuais e os futuros servidores, promove retrocessos e praticamente nenhum avanço administrativo em relação à máquina pública. A aprovação da proposta terá danos irreversíveis ao serviço público e, consequentemente, à população brasileira.

Embora a Advocacia Pública tenha sido reconhecida como atividade exclusiva de Estado, o texto aprovado fragiliza a instituição e, consequentemente, a defesa do erário em juízo e o controle da legalidade e da legitimidade dos atos administrativos.

Além disso, a PEC permite contratações temporárias para atividades-fim; possibilita a redução da remuneração em até

25% em caso de crise fiscal; possibilita a demissão do servidor público estável por insuficiência de desempenho; autoriza a extinção do cargo de servidor público estável por desnecessidade ou obsolescência e; permite que servidor estável seja demitido por decisão judicial ainda não transitada em julgado.

Em geral, o texto precariza o instituto da estabilidade, permite ampla terceirização das atividades públicas, como Saúde e Educação, suprime direitos adquiridos e promove intensa desvalorização dos servidores, prejudicando, a sociedade como um todo e o futuro da Administração Pública.

Considerando os motivos elencados, a ANAPE reitera posicionamento contrário à PEC 32/2020 e conclama os deputados federais a rejeitarem em plenário a proposta apresentada.

NOTAS

Presidente da ANAPE se reúne com Senador Nelsinho Trad para tratar da Lei de Improbidade Administrativa



O presidente da ANAPE, Vicente Braga, cumpriu na manhã de terça-feira (28/09) agenda no Senado Federal para tratar da Lei de Improbidade Administrativa. Ele encontrou-se com o senador Nelsinho Trad (MS), integrante da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A matéria foi aprovada pelo plenário do Senado Federal na quarta-feira (29/09). Com a conclusão da votação, o projeto retorna à Câmara dos Deputados para análise das emendas aprovadas pelo senadores.

Em artigo publicado recentemente, o presidente da ANAPE afirmou que a matéria, embora contenha avanços, precisa de ajustes. “A nova lei de Improbidade Administrativa traz um olhar mais corajoso e moderno ao lidar com a Administração Pública. Embora o texto aprovado na Câmara ainda careça de ajustes para a construção de uma legislação realmente efetiva – especialmente com o retrocesso da retirada da legitimidade ativa da Advocacia Pública –, a punição apenas para agentes públicos que agirem com dolo ou fraude, ou seja, com intenção de lesar a Administração Pública, é um avanço necessário”, disse.

NOTAS

Presidente da ANAPE visita PGDF



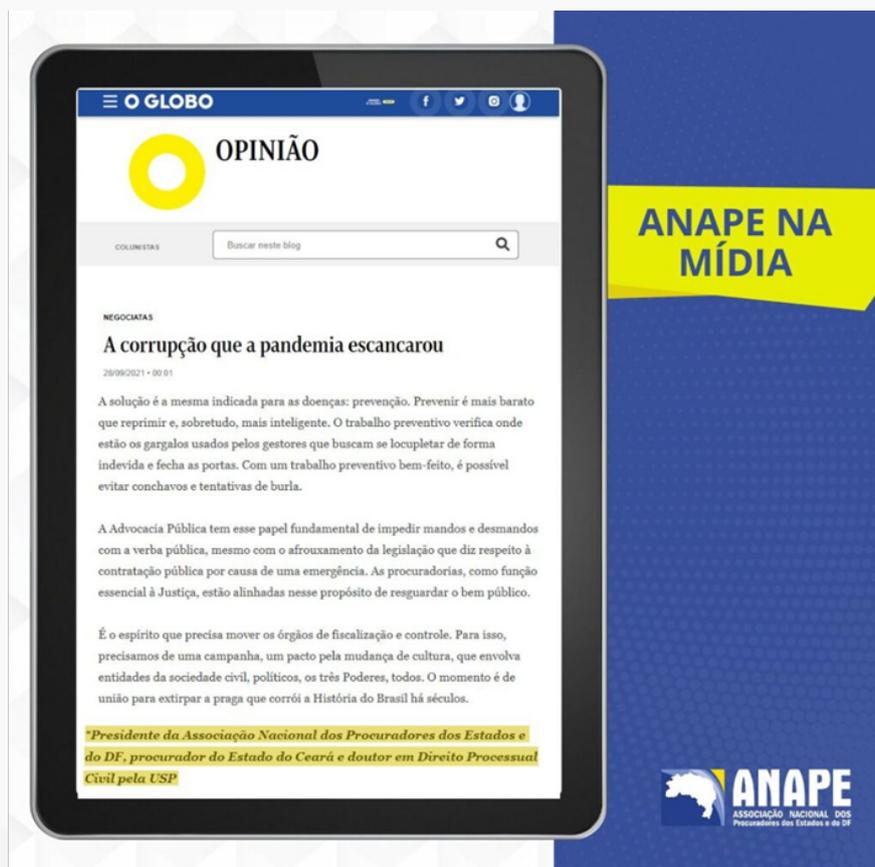
Nesta segunda-feira (27/09) o presidente da ANAPE, Vicente Braga, realizou visita institucional à Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF).

Estiveram presentes no encontro a Procuradora-Geral do DF, Ludmila Lavocat Galvão, o Secretário-Geral da PGDF e presidente do Conselho Fiscal da ANAPE, Helder Barros, e o Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Distrital da PGDF, Carlos Augusto Valenza Diniz.

Na pauta, foram discutidos assuntos de interesse da carreira e a realização em Brasília do XLVII Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF, nos dias 22 a 25 de novembro de 2021. O tema da edição deste ano é “Advocacia Pública: Direitos Fundamentais e Políticas Públicas”.

NA MÍDIA

Anape na mídia: A corrupção que a pandemia escancarou



E a história se repete. Enquanto o Brasil enfrenta uma crise econômica, denúncias de corrupção estampam jornais e movimentam o cenário político. A cada incriminação, a sociedade brasileira, atônita, perde a crença de que o país pode se livrar do triste enredo em que verbas que deveriam melhorar os serviços públicos acabam nos bolsos de gestores mal-intencionados.

A crise sanitária causada pela Covid-19 aprofundou essa realidade. A pandemia deixará o maior legado de corrupção da história, em relação ao curto espaço de tempo. Diante da necessidade de aquisição de insumos de forma célere — cujo

objetivo primordial deveria ser salvar vidas —, casos de corrupção surgem proporcionalmente à evolução da pandemia. E, a cada comprovação de irregularidade, buscamos o corrupto da vez para culpar, num eterno enxugar de gelo que impulsiona crises e não traz resultados a longo prazo. É preciso criar mecanismos robustos que impedirão (ou dificultarão) políticos, funcionários públicos e gestores de se aproveitar da máquina pública para fazer negociatas.

Parte do sistema de controle e combate à corrupção atua de forma organizada em busca de um modelo eficaz, mas é preciso união. Depois da revolução da

Operação Lava-Jato, inclusive dos erros, parecia que as mudanças contra a praga da corrupção estavam consolidadas. Mas veio a pandemia, e as persistentes brechas no sistema permitiram novas ondas de desvios. O mesmo filme, péssimo roteiro: má gestão dos recursos públicos, fraudes em procedimento de dispensa de licitação, superfaturamentos, empresas de fachadas ou com incapacidade operacional etc.

Os dados impressionam. A Polícia Federal realizou, desde abril do ano passado, mais de cem investigações de contratos suspeitos, apurando desvios que podem chegar a R\$ 3,2 bilhões. Os crimes de corrupção custam caro ao país. Num contexto de pandemia, custam vidas. É a infeliz evolução do crime de corrupção para o crime contra a humanidade. É preciso organizar o extermínio dessa praga. E isso passa, necessariamente, por um pacto social e político.

As frentes de atuação são diversas: comissões parlamentares de inquérito, Tribunal de Contas da União, Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, Ministério Público Federal... Entretanto, com tantas ações e poucas soluções para exterminar as brechas, o resultado será o mesmo: o vaivém na busca pelo criminoso da vez.

A solução é a mesma indicada para as doenças: prevenção. Prevenir é mais barato que reprimir e, sobretudo, mais inteligente. O trabalho preventivo verifica onde estão os gargalos usados pelos gestores que buscam se locupletar de forma indevida e fecha as portas. Com um trabalho preventivo bem-feito, é possível evitar conchavos e tentativas de burla.

A Advocacia Pública tem esse papel fundamental de impedir mandos e desmandos com a verba pública, mesmo com o afrouxamento da legislação que diz respeito à contratação pública por causa

de uma emergência. As procuradorias, como função essencial à Justiça, estão alinhadas nesse propósito de resguardar o bem público.

É o espírito que precisa mover os órgãos de fiscalização e controle. Para isso, precisamos de uma campanha, um pacto pela mudança de cultura, que envolva entidades da sociedade civil, políticos, os três Poderes, todos. O momento é de união para extirpar a praga que corrói a História do Brasil há séculos.

Vicente Braga – Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF, procurador do Estado do Ceará e doutor em Direito Processual Civil pela USP

Artigo publicado em O Globo – <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/corruptao-que-pandemia-escancarou.html>

NA MÍDIA

Presidente da Anape: combate à corrupção depende da eleição de bons gestores



um dos entes da federação, passa pela eleição de bons gestores, pessoas bem intencionadas nos cargos eletivos. Sem isso não conseguimos resolver esse problema”, afirmou Braga.

A declaração ocorreu durante o webinar “A pandemia e o vírus da corrupção: o combate à Covid-19 como terreno fértil para irregularidades”, realizado pelo Metrôpoles e promovido pela Anape, com mediação do jornalista Caio Barbieri, nessa segunda-feira (28/9).

No evento, autoridades debateram os mecanismos capazes de minimizar irregularidades e desvios durante a crise sanitária promovida pela Covid-19. Além Vicente Braga, participaram do webinar o ministro Gilmar Mendes e o senador Rogério Carvalho.

De acordo com as autoridades, a desinformação foi uma grande catalisadora da corrupção na pandemia. Segundo o senador, estudos indicam que há indícios de corrupção em torno de R\$ 200 milhões.

“Alguns gestores mal intencionados enxergaram naquilo uma janela de oportunidades. O desvio de recursos num momento normal já é repugnante, mas pior ainda é num momento de saúde pública. O prejuízo é a perda de uma vida”, avaliou o congressista.

Fonte: Metrôpoles – [https://www.metro-
poles.com/brasil/economia-br/presiden-
te-da-anape-combate-a-corrupcao-de-
pende-da-eleicao-de-bons-gestores](https://www.metro-
poles.com/brasil/economia-br/presiden-
te-da-anape-combate-a-corrupcao-de-
pende-da-eleicao-de-bons-gestores)

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape), Vicente Braga, afirmou que o combate à corrupção durante a pandemia da Covid-19 poderia ter avançado se tivessem sido eleitos bons gestores.

De abril de 2020 a agosto de 2021, a Polícia Federal promoveu mais de 100 operações de repressão ao desvio e à utilização indevida de verbas públicas federais destinadas ao combate à pandemia. O montante de contratos de produtos e serviços investigados atinge aproximadamente R\$ 3,2 bilhões. Esses dados são do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

“Quando a gente tenta entender como poderia avançar no combate a corrupção, com certeza a resposta passa pelo intercâmbio de procedimentos entre cada

EVENTOS

Presidente do STJ confirma presença na palestra de abertura do XLVII CNPE

XLVII CONGRESSO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

22 DE NOVEMBRO

Palestra de Abertura

A Advocacia Pública: essencial ao Estado de Direito Democrático e Social

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
STJ

Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

ANAPE
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DO BRASIL

22 A 25 DE NOVEMBRO
EVENTO PRESENCIAL EM BRASÍLIA
HOTEL ROYAL TULIP

ACESSE: [CONGRESSOPROCURADORES.COM.BR/2021/](https://congressoprocuradores.com.br/2021/)

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins, é o convidado de honra para a palestra de abertura do XLVII Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF. O evento será realizado presencialmente em Brasília nos dias 22 a 25 de novembro de 2021.

Em sua 47ª edição, o CNPE discutirá o tema “Advocacia Pública: Direitos Fundamentais e Políticas Públicas”. A programação do evento contará com palestras e painéis temáticos, debatendo os assuntos mais relevantes para os Procuradores de todo o Brasil.

As inscrições estão abertas no site do evento – <https://congressoprocuradores.com.br/2021/>.

EVENTOS

Procurador do Pará fala sobre Lei Kandir para o CNPE



XLVII CONGRESSO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

24 DE NOVEMBRO

Painel 5:
Os 25 anos da Lei Kandir

Lei Kandir e Acordo Federativo:
Atuação Conjunta das 27 PGEs

Ricardo Nasser Sefer
PGE-PA

Procurador-Geral do Estado do Pará. Professor Titular da Universidade da Amazônia. Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará

ANAPE
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DF

22 A 25 DE NOVEMBRO
EVENTO PRESENCIAL EM BRASÍLIA
HOTEL ROYAL TULIP

ACESSE: CONGRESSOPROCURADORES.COM.BR/2021/

Está confirmada a participação do Procurador Ricardo Nasser Sefer, do Pará, no XLVII Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.

A Lei Complementar 87/1996, mais conhecida como Lei Kandir, regulamentou o ICMS e isentou desse tributo os produtos primários e semi-industrializados, destinados à exportação. Por meio da lei, estas exportações ficaram isentas de todos os tributos, inclusive os estaduais, além disso a Lei Kandir remeteu à criação de uma lei complementar a qual definiria como seria feita a compensação desta desoneração aos estados e ao Distrito Federal.

O Procurador irá falar da atuação conjunta das PGE's no acordo homologado pelo STF para compensação das perdas provocadas pela ausência de lei.

Em sua 47ª edição, o CNPE discutirá o tema "Advocacia Pública: Direitos Fundamentais e Políticas Públicas". A programação do evento contará com palestras e painéis temáticos, debatendo os assuntos mais relevantes para os Procuradores de todo o Brasil.

CLUBE DE VANTAGENS

ANAPE
Mais



Até
40%
de desconto*



★
40%
de desconto*



★
35%
de desconto*



★
10%
de desconto*



Até
30%
de desconto*



Até
10%
de desconto*

*Consulte as condições no site.

anapemais.com.br

CLUBE DE VANTAGENS

ANAPE Mais

NOVOS CONVENIOS

 WEWOOD	 chilli beans SP	VIVARA
★ 15% de desconto*	Até 15% de desconto*	Até 15% de desconto*
 NOVA TENDENCIA	EOTICA	 Fleur de Lis Creme de Leite
★ 20% de desconto*	★ 10% de desconto*	Até 15% de desconto*

*Consulte as condições no site.

anapemais.com.br

CONSELHO EDITORIAL

DIRETORIA

Presidente:

Vicente Martins Prata Braga (CE)

Diretor de Comunicação e

Relações Institucionais:

Rodrigo de Meneses dos Santos (TO)

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Mídia e Conexão

DIAGRAMAÇÃO

Caroline Sousa